

Portugal em África: o governo do Comissário-Régio Antônio Ennes em Moçambique e seu discurso colonial (1895 – 1896)

Portugal in Africa: the government-Regal Commissioner Antonio Ennes in Mozambique and its colonial discourse (1895 - 1896)

Thiago Henrique Sampaio

Mestrando em História

Universidade Estadual Paulista

thiago.sampaio92@gmail.com

Recebido em: 29/05/2015

Aceito em: 16/08/2015

RESUMO: Portugal foi uma das primeiras nações a formar seu Império Colonial e a última a desmantelá-lo. Após a independência do Brasil (1822), sua colônia mais desenvolvida, a nação portuguesa começou a observar o continente africano como fonte de riqueza e desenvolvimento. Em finais do século XIX ocorreram mudanças na política colonial da Europa em relação ao continente africano. Portugal, historicamente país colonizador, não tinha condições econômicas e nem militares para empregar uma modernização na sua política colonial. O presente artigo tem o objetivo de analisar a administração do comissário-régio Antônio Ennes no período de 1895-1896 na colônia de Moçambique e analisar seu pensamento colonial para desenvolvimento da província ultramarina no período.

PALAVRAS-CHAVE: Antônio Ennes, Portugal, Moçambique, Imperialismo, Terceiro Império Português.

ABSTRACT: Portugal was one of the first nations to form their colonial empire and the last to dismantle it. After the independence of Brazil (1822), their most developed colony, the Portuguese nation begins to observe the African continent as a source of wealth and development. In the late nineteenth century changes occurred in European colonial policy toward the African continent. Portugal, historically colonizing country, had no economic or military conditions for employing modernization in its colonial policy. This article aims to analyze the management of the royal commissioner Antonio Ennes in the period 1895-1896 in the colony of Mozambique and analyze his colonial thinking to the development of overseas province in the period.

KEYWORDS: Antonio Ennes, Portugal, Mozambique, imperialism, Third Portuguese Empire.

A política colonial portuguesa em finais de XIX

Com a perda do Brasil, Portugal começou a enxergar na África sua mais nova fonte de renda econômica. Até então a função dos territórios portugueses no continente africano

era essencialmente o fornecimento de mão de obra escrava ao Brasil¹. Em 1834, Sá da Bandeira², então presidente do Conselho Ultramarino, apresentou um projeto para o desenvolvimento dos territórios africanos. Um dos pontos defendia a abolição do tráfico negreiro, decretado em 10 de dezembro de 1836, para que se pudessem aproveitar os habitantes na produção agrícola local, mas isso seria possível apenas com investimento de capital.

O projeto fracassou, devido às resistências encontradas principalmente em Angola e Moçambique por falta de um maior domínio e interesse dos traficantes de escravos para a manutenção do *status quo* da localidade.

Não podemos esquecer que a presença portuguesa na África pouco se alterou ao longo dos séculos XVI até a primeira metade do século XIX. Em Moçambique a ocupação colonial portuguesa era precária e, ao mesmo tempo, convivia com diversas sociedades africanas em desenvolvimento³.

A partir da década de 1850, período de relativa estabilidade política, Sá da Bandeira relançou seu projeto colonial com os seguintes objetivos: expansão territorial, maiores ligações entre a metrópole e as colônias e o início de uma economia agrícola. Essa política colonial deu poucos resultados até a década de 1880. Segundo Valentim Alexandre⁴, em Angola, a tentativa de ocupação do litoral norte rumo à foz do Congo, fixa-se por Ambriz (tomada em 1855), face ao duplo obstáculo representado pela resistência das populações da zona e pela pressão britânica; no interior, a história deste período faz-se de fluxos e refluxos

¹ Para saber mais sobre os interesses portugueses no continente africano na primeira metade de XIX é pertinente a leitura e o debate existe na historiografia, no qual nomeio alguns autores: ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979; ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000; ALMEIDA, Pedro R. *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979; GUIMARÃES, Ângela. “A questão colonial – introdução a um debate”. *Análise Social*. Lisboa, v. 19, n. 77-78-79, 1983; GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Porto: Livros Horizonte, 1984; MARQUES, A. H de Oliveira. (Coord.) *O Império Africano 1890-1930*. Lisboa: Estampa, 2001; REGO, Antônio da Silva. *O ultramar português no século XIX*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1966.

² Sá da Bandeira (1795-1876) foi um importante político e militar da época da Monarquia Constitucional Portuguesa, passou por diversos ministérios e assumiu por cinco mandatos como Presidente do Conselho de Ministros.

³ BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808 – 1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 163.

⁴ ALEXANDRE, Valentim. “Portugal em África (1825-1974) - Uma perspectiva global”. *Pénelope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 11, 1993, p. 55.

em escala limitada, sem avanços significativos. Em Moçambique, a luta conduzida contra os senhores dos ‘prazos’⁵ da Zambézia saldou-se por um fracasso, culminada na derrota da expedição enviada de Portugal em 1869⁶, enquanto no campo mercantil, há um efetivo aumento das relações entre metrópole e ultramar.

No último quartel do século XIX os objetivos portugueses na África se igualaram ao processo de expansão colonial de outras nações europeias devido à ampliação da industrialização a outros lugares do globo. Os países que começaram a se industrializar entraram na fase do capitalismo concorrencial, ou seja, a busca por consumo de seus produtos frente aos demais, a partir disto ficou determinada a urgência da expansão das fronteiras de controle, a dominação das fontes de matérias-primas, a transferência para lugares periféricos de produção de alimentos e a busca de mão de obra a baixo custo⁷.

Até 1885 não havia uma política colonial homogênea europeia em relação à África, cada potência tinha suas ambições territoriais em África. Inglaterra, Alemanha e França disputavam e procuravam estender as suas influências sobre os territórios considerados mais vantajosos e lucrativos⁸. O direito histórico⁹ era usado até então para justificar a posse de territórios. Na visão de Oliveira Marques, Portugal se mostrava de longe a mais fraca das potências coloniais em aspectos militares, mão de obra, recursos econômicos e a que mais se assentava em seus direitos históricos¹⁰.

O projeto de colonização portuguesa em finais de XIX, inseriu-se nas transformações sofridas pela sociedade europeia e no desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Apesar

⁵ Prazos eram terras arrendadas pela coroa portuguesa. Existiu ao longo do século XVIII-XIX, tornaram-se doações de grande quantidade de terra às mulheres que se casassem com os portugueses nas colônias. Em Moçambique, esse sistema foi implantado na Zambézia, com a doação de terras às mulheres nascidas na região quando casavam com os portugueses.

⁶ ALEXANDRE. “*Portugal em África (1825-1974)*”, p. 57.

⁷ CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 29.

⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 166.

⁹ No período de expansão imperialista, Portugal havia decaído seu status de potência marítima e bélica que tinha no século XVI. Sem recursos financeiros, bélicos e tecnológicos comparado com os demais países europeus alegavam que tinham direitos às possessões africanas devido a sua presença na costa do continente desde o século XV.

¹⁰ MARQUES. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*, p. 168.

de ser uma sociedade capitalista, dependente de outras regiões, seus ideais coloniais tiveram forte teor nacionalista¹¹.

Portugal era uma nação essencialmente agrícola, sobretudo, quando comparada a outras potências que já haviam passado pelo processo de industrialização, suas poucas indústrias tinham grande dependência econômica em relação à Inglaterra¹². A indústria portuguesa estava em desenvolvimento e os mercados consumidores em Angola e Moçambique foram vistos como oportunidades para impulsionar a nação¹³.

Portugal não era um país com grande potencial econômico, a maior parte da renda da nação advinda do capital estrangeiro, principalmente inglês. A partir da segunda metade do século XIX a Inglaterra era responsável por 50% das exportações portuguesas e Portugal importava por volta de 37% a 59% de suas compras neste país¹⁴.

A Sociedade de Geografia de Lisboa¹⁵ elaborou um plano de ocupação das zonas intermediárias (essa área, atualmente, corresponde a Zâmbia, Zimbábue e Malawi) entre Angola e Moçambique. As pretensões portuguesas para esses territórios ficaram conhecidas como *Mapa Cor-de-Rosa* e um de seus principais objetivos era relançar seus direitos históricos sobre uma vasta localidade.

¹¹ O teor nacionalista da colonização portuguesa em África se deve ao seu passado histórico como país colonizador. Os portugueses no século XIX acreditavam que a sobrevivência do país como independente era manter-se como país colonialista. Para saber mais: PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 157.

¹² PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 20.

¹³ REIS, Jaime. “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870 – 1913”. *Análise Social*. Lisboa: v. 23, n. 96, 2004, p. 220. Para um maior debate do escoamento de produtos portugueses para as colônias africanas é compreensível buscar a leitura dos seguintes autores: CABRAL, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 3ª. ed. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981; CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Econômico de 1890 a 1914*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979; CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975; CAPELA, José. *O imposto de palbota e a introdução do modo de produção capitalistas nas colônias*. Porto: Afrontamento, 1977; PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994; PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971; PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

¹⁴ PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*, p. 297.

¹⁵ Criada em 1875, a Sociedade de Geografia de Lisboa nasceu no contexto europeu de exploração e colonização decorrente de finais de XIX, particularmente à exploração da África. Tinha como o objetivo em Portugal de promover e auxiliar o estudo e progressos das ciências geográficas e correlativas. Seus estudos visavam apoiar o esforço colonial português em África. A Sociedade de Geografia de Lisboa existe até os dias de hoje.

A reivindicação portuguesa sob as áreas pretendidas chegaram a ser garantido por outras nações, como França e Alemanha, sendo que a Inglaterra não reconheceu estas garantias. No final de 1889, Portugal iniciou uma campanha militar no interior da área reivindicada contra o povo mokololo. A Inglaterra estrategicamente declarou proteção à etnia, devido ao fato de ter interesse nessas áreas. Em 11 de janeiro de 1890, o governo britânico apresentou o *ultimatum*¹⁶, intimando o governo português à imediata retirada de suas tropas sob ameaça de quebra das relações diplomáticas e com possível retaliação militar.

Posteriormente, o Tratado Anglo-Português assinado com a Inglaterra em 11 de junho de 1891, fez com que Portugal abandonasse suas pretensões de um grande império colonial no continente. O acordo definiu as fronteiras atuais de Angola e Moçambique e estimulou o governo português a exploração total dos territórios que lhe couberam¹⁷. Pelas cláusulas do Tratado, a situação do território moçambicano seria ultrajante para a Coroa portuguesa desenvolver a província, visto que o comércio e navegação dos rios da região se tornariam neutros com a aprovação do tratado pelo Parlamento português. Antônio Ennes afirmava:

A província de Moçambique, fechada ao comércio e às indústrias nacionais, privada dos rendimentos aduaneiros, arrumando-nos com o custeio dos melhoramentos materiais e dos serviços da civilização, inquietando-nos e vexando-nos com incessantes conflitos motivados pelo regime comercial a que fica sujeita, será como uma grilheta de forçado, que nem ao menos poderemos limar *sem consentimento* e sem proveito do nosso verdugo, interessado por isso em torná-la cada vez mais pesada e mais afrontosa. Desde que os nossos domínios na África Oriental, não podendo ser nossos, hajam de ser da Inglaterra, os ingleses saberão forçar-nos a abandonar-lhos, talvez dando graças a Deus pelo resgate!¹⁸.

¹⁶ Eis os termos do *Ultimatum*: “O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, a seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas atualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens”. REGO, Antônio da Silva. *O ultramar português no século XIX*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1966, p. 207.

¹⁷ MARQUES, A. H. Oliveira. *O Ultimatum visto por Antônio Ennes (com um estudo biográfico)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1946, p. 124.

¹⁸ _____. *O Ultimatum visto por Antônio Ennes (com um estudo biográfico)*. p. 372.

O Tratado não era o fim dos problemas coloniais para Portugal, a sua principal dificuldade seria como se desenvolveria a ocupação efetiva e o desenvolvimento das suas colônias. Grandes porções dos territórios de Angola e Moçambique ainda não se encontravam controladas, a metrópole portuguesa precisou interferir, “pacificando e desenvolvendo”¹⁹ essas áreas – tarefa que não seria fácil devido às dificuldades econômicas enfrentadas pelos portugueses.

Após o acordo, iniciaram-se as Campanhas de Pacificação²⁰ do território moçambicano, cujo avanço integrou novas áreas à administração metropolitana. Até finais da Primeira Guerra Mundial, a história colonial de Moçambique caracterizou-se por uma constante atividade guerreira, motivada pelas manobras de conquistas empregadas pelos portugueses para subjugar sociedades africanas²¹.

Moçambique, até então considerado um território inexistente na política colonial, estava sobre domínio de vários estados africanos. Segundo Cabaço²², devido às dificuldades para desenvolver a colônia, em diferentes momentos nos finais do século XIX e princípio do século XX, setores do governo português defendiam a venda do território moçambicano para que Portugal se dedicasse e desenvolvesse Angola²³.

¹⁹ Os termos aqui adotados devem-se as Guerras de Pacificação e Conquista que aconteceram ferozmente no último decênio de Oitocentos e se prolongaram até a Primeira Guerra Mundial nos territórios coloniais portugueses em África. A questão do desenvolvimento aqui citado é pelo fato, como já abordado anteriormente, das colônias de Angola e Moçambique serem consideradas como potenciais consumidores de produtos portugueses, desta forma, ocorreria uma intensificação das exportações da metrópole para estas localidades.

²⁰ Campanhas de Pacificação ou Guerras de Conquista e Pacificação era um conjunto de operações militares conduzidas nas últimas décadas do século XIX e início do século XX nas colônias portuguesas em África. A maioria das campanhas estiveram intensificadas no período que decorre da Conferência de Berlim (1884) até o fim da Primeira Guerra Mundial (1918).

²¹ MARQUES. O *Ultimatum* visto por Antônio Enes (com um estudo biográfico). p. 177.

²² CABAÇO. *Moçambique*, p. 56.

²³ Diversos pensadores e instituições do período foram contrárias a ideia. A própria Sociedade de Geografia de Lisboa se posicionou contrária a venda da colônia alegando que Portugal tinha condições financeiras e militares de ocupar efetivamente Moçambique. Outros pensadores como o próprio Antonio Ennes era contrário a venda. Mousinho de Albuquerque, governador geral de 1896-1898, criticou fortemente a ideia de venda ou locação de locais da colônia, considerava isso como vergonha nacional. Ver: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *As concessões de direitos majestáticos a empresas mercantis para o ultramar*. Lisboa: Tipografia do Comércio de Portugal, 1891, p. 5; ENNES, Antônio. *Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947, p. 08-09; ALBUQUERQUE, Mousinho. *Moçambique, 1896-1898*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934.

O governo do Comissário Régio Antonio Ennes (1895 – 1896)

Antônio Ennes²⁴ fez sua primeira viagem a Moçambique em 1893 para resolver as questões das fronteiras territoriais que a metrópole o havia incumbido, desempenhou outras funções, juntou subsídios para a organização de um orçamento verídico das receitas e despesas da província, e assim estudou e propôs providenciais que habilitassem a sua administração para dispensar os subsídios que a metrópole era dependente anualmente²⁵. As informações coletadas por Ennes originou-se de sua participação no Ministério da Marinha e do Ultramar e de seu papel como administrador colonial pelos territórios portugueses. Segundo Ennes:

Moçambique precisa de capital. É essa a sua necessidade suprema. Não julgo fácil indicar meios práticos de lhe atrair, que não falhem, mas não me parece difícil dizer a maneira de o não desviar, o que já era meio caminho andado²⁶.

Ennes era fortemente contrário à venda do território moçambicano a outras potências da Europa, criticou esta posição tomada pela imprensa e pelo parlamento da época. Para ele a melhor forma de desenvolver o território era melhorar sua administração:

Essa propaganda, nunca me convenceu, mas assustou-me, porque era deduzida, embora illogicamente, de uma triste verdade, e a opinião pública não se deixava reger pelo governo. Essa verdade era – e é – que não podíamos – e não podemos – continuar a desbaratar em Moçambique dinheiro sem conta, a falta de lógica consistia em aconselhar a alienação, em vez de intimar a melhor administração, alegando uma suposta inabilidade sem cura, que também justificaria a desistência da autonomia nacional. Eu bem sei que o que nos custa, o que nos pesa, o que nos impõe e a que nos expõe a África Oriental Portuguesa. (...) Nesse gabinete que V. Ex. agora ocupa, muitas vezes se me insurgiram a consciência e o bom-senso contra às necessidades duras que me pegavam na mão para firmas ordens de pagamento, aceitar saques, abrir créditos, saldar contas, autorizar despesas para Moçambique, sempre para Moçambique, tudo para Moçambique, que em troca me mandava a toda a hora notícias de

²⁴ Antônio Ennes (1848-1901) foi um administrador colonial português, sendo Comissário Régio do território de Moçambique e Ministro da Marinha e do Ultramar no último decênio de XIX. Era membro do Partido Histórico e escreveu diversos artigos para jornais de circulação da época. Em sua administração como Comissário Régio de Moçambique ocorreu uma das maiores revoltas contra o domínio português no ultramar: a Guerra contra o Reino de Gaza. Como Comissário buscou um rápido desenvolvimento da colônia e uma maior integração dos territórios a administração portuguesa.

²⁵ ENNES, Antônio. *Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947, p. 07.

²⁶ _____. *Moçambique*. p. 59.

desastres, aviso de perigos, denúncias de vergonhas, lágrimas de miséria, ecos de selvagerias!²⁷.

Percebemos o forte teor nacionalista em seu texto *Moçambique: relatório apresentado ao governo* (1893), a respeito da unidade do Terceiro Império Português²⁸ e a força colonizadora da nação portuguesa:

As minhas primeiras impressões foram desanimadoras. Tendo passado dias sobre dias, apesar dos impulsivos vigorosos do hélice, a olhar para a costa e a dizer comigo: *isto é nosso, ainda é nosso....* não pude ter-me que não perguntasse a mim próprio se tanta terra tão distante não era demasiada esfera de expansão para nós, que ainda não pudemos povoar o Alentejo e esgotamos para o Brasil as energias colonizadoras²⁹.

Ennes anunciou nas primeiras páginas de seu relatório o porquê de escrevê-lo: “A província de Moçambique, reformada a sua administração, promovido o seu desenvolvimento econômico por meio de acertadas providências, poderia dispensar a Metrópole dos pesados sacrifícios, na verdade inoportáveis, que já provocaram ativas propagandas em favor da sua alienação?” Ennes acreditava que é possível sim e aconselhava para melhorar a capacidade de absorção de capitais da província ultramarina³⁰.

René Pélissier³¹ assinala que no governo Antônio Ennes acabou-se a complacência liberal e evanescente para o africano, que tinha de ser conquistado, de produzir e de calar-se. Ele completa que o governo Ennes serviu para a formação da colônia de Moçambique, pois em seu governo ocorreu a integração de territórios que até então não estavam sobre domínio português. Mesmo antes do governo de Antônio Ennes buscava melhorias no desenvolvimento da colônia, houve um avanço nas trocas comerciais com a metrópole portuguesa, o qual acarretou em certo impulso da economia:

²⁷ ENNES. *Moçambique*. p. 08-09.

²⁸ O Terceiro Império Português corresponde ao período de 1822-1975, ou seja, que se estende da Independência do Brasil até as Independências das Colônias Portuguesas em África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde). Sua principal característica é o corte de laços que ligavam Portugal ao Brasil e sua viragem para o continente africano.

²⁹ ENNES. *Moçambique*. p. 11.

³⁰ _____. *Moçambique*. p. 12.

³¹ PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918*, p. 171-172.

Evolução do volume das trocas moçambicanas ³² em cinquenta anos, entre 1845 – 1894 (em milhões de réis)	
Anos	Valor
1845	829
1869	1621
1874	1830
1879	2183
1884	2680
1888	3826
1893	4766
1894	6917

FONTES: Dicionário de Geographia Universal por uma sociedade d'homens de sciencia. s.l.n.d. In: PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e obsolescência: 1854-1918*. Lisboa: Estampa. 1997. V.1. p. 172.

Percebe-se que do período de 1845 a 1888 o aumento das trocas comerciais entre colônia e metrópole foi de 461%. Entre 1893 e 1894, a ampliação foi de 145%, ou seja, as porcentagens do avanço dos volumes representadas pelas trocas comerciais em um ano correspondem 1/3 de toda a adição em quarenta e três anos anteriores. Nota-se, que o crescimento em cinquenta anos se alargou em 834%.

A partir da década de 1890, com o processo de ocupação e de formação do Estado colonial português em Moçambique, as leis “universalistas” passaram a ser combatidas pelos administradores coloniais portugueses da época, que tinham interesse em implementar leis diferenciadas entre metrópole e colônias³³. Um exemplo, era a taxação diferenciada de produtos que eram vendidos na metrópole e nas colônias.

³² As trocas comerciais realizadas entre Portugal e Moçambique eram de produtos de base. Os principais produtos eram algodão, tabaco e o vinho.

³³ ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das origens do nacionalismo moçambicano*. Promedia, 2002, p. 206.

O Comissário Régio de Moçambique, em 1893, Antônio Ennes estava à frente dessa discussão, seus ideais eram distantes dos regulamentos humanistas e liberais da segunda metade do século XVIII. Enquanto o humanismo apresentava a “igualdade”, a “liberdade” e a “fraternidade” como atributos naturais, em sua essência, determinavam a unidade do gênero humano e a sua universalidade³⁴. Fernanda do Nascimento Thomaz³⁵ atesta que a política colonial proposta por Antônio Ennes e seus seguidores repudiava a “liberdade” e a “igualdade” a todo custo, entendeu-se que não era possível colonizar as populações locais a partir das mesmas leis que vigoravam na metrópole. Ele considerava os africanos como “crianças grandes”, era necessário ter uma legislação específica de acordo com os “hábitos e costumes dos povos”, o que para ele justificaria uma política mais agressiva e uma legislação legitimadora de desigualdades³⁶.

Fernanda do Nascimento Thomaz³⁷ assinala que a forte influência do pensamento colonial de Antônio Ennes originou uma legislação criminal especial em 1894, que tomava como pena a prisão e o trabalho correccional a população local. Em 1899, surgiu uma legislação que auxiliava a expansão e o controle sobre a mão-de-obra africana estabeleceu-se o *Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colônias*, elaborado por uma comissão dirigida por Antônio Ennes³⁸.

Para Antônio Ennes, o trabalho indígena consistia como um dispositivo de dignificação do ser humano e era imprescindível para crescente autossuficiência econômica da província, dado que o objetivo não era colonizar com o uso da mão de obra de colonos europeus, desta forma era necessário “integrar os indígenas através do trabalho na civilização”.³⁹ Dentro dessa lógica, as populações locais tinham “liberdade” de ir à procura

³⁴ THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008, p. 42.

³⁵ _____. *Os “Filhos da Terra”*, p. 43.

³⁶ ENNES. *Moçambique*. p. 75.

³⁷ THOMAZ. *Os “Filhos da Terra”*, p. 43.

³⁸ _____. *Os “Filhos da Terra”*, p. 44-46.

³⁹ Civilização é usada aqui fazendo parte dos ideais europeus de finais de XIX que buscavam dominar povos considerados “atrasados” devido a perspectiva de progresso que existia. Esta visão era considerada justa e benéfica a humanidade em nome da ideologia do progresso. No mesmo período havia 3 explicações para a dominação de outros povos: o racismo científico, o darwinismo social que interpretavam a teoria da evolução de forma errônea tentando justificar a hegemonia de alguns sobre os outros e o etnocentrismo baseado na ideia de que existiam povos superiores a outros.

de salários como trabalhadores contratados ou cair no trabalho forçado em virtude da imposição da autoridade pública⁴⁰. Segundo Ennes⁴¹:

É pelo trabalho manual, pelos hábitos de atividade regulamentada que ele traz como conseqüência, pelas necessidades que cria em contato com os brancos, que o indígena há de ir passando por uma evolução lenta do estado de selvagem para uma civilização rudimentar, única de que, por agora, aquela raça me parece susceptível.

Em 1894, o Código Penal⁴² foi modificado nas colônias, substituindo a pena de prisão pela pena de trabalho correcional para os indígenas, a prisão sem trabalho. Segundo Ennes⁴³, não permitiria nenhuma transformação no indígena que estivesse sob sentença. Este projeto de mudança do Código Penal estava inserido dentro de uma lógica capitalista, pois diminuiu-se o custo com as prisões, fazendo o indivíduo produzir para o Estado colonial.

Ennes⁴⁴ afirmava que “o selvagem que pegou no trabalho, rendeu-se cativo à civilização”, ou seja, dentro da perspectiva do imperialismo europeu de finais de Oitocentos, o trabalho era a missão mais moralizadora e disciplinadora para transformar o bárbaro em civilizado. Dentro desta lógica, o trabalho era responsável por civilizar o nativo, assim ele poderia abandonar gradativamente seus costumes “atrasados” e tornar-se civilizado, isso influenciaria nas receitas moçambicanas, pois a colônia poderia arcar com seus próprios custos sem sobrecarregar a metrópole portuguesa⁴⁵. Na lógica de seu pensamento colonial era fundamental desenvolver Moçambique em prol de Portugal.

⁴⁰ MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação do usos e costumes: Antônio Ennes e a “Geração de 95”. In: FRY, Peter (org.). Moçambique: ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 77-81; CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, p. 144.

⁴¹ ENNES. *Moçambique*. p. 75.

⁴² Decreto de 20 de fevereiro de 1894. Segundo Fernanda do Nascimento Thomaz, muitos indígenas eram presos por desordem, embriaguez e ofensa à moral e ao pudor, infração dos regulamentos policiais e desobediência às autoridades. Os sentenciados eram considerados perigosos para a sociedade, por isso, além de se submeterem ao trabalho correcional, que variava entre quinze a quarenta dias de trabalho gratuito, eram deportados para outros distritos, sendo incorporados às tropas militares. Normalmente, estes ficavam presos no *Depósito Geral de Sentenciados*, localizado na fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique. No entanto, era comum um indígena de Lourenço Marques, que era considerado um perigo ao mundo civilizado, ser transferido para o norte como sentenciado para prestar serviços militares. Os critérios de punição eram bastante diversificados, dependiam da arbitrariedade dos administradores locais. Com isso os maus tratos físicos, as torturas, as chantagens monetárias e sexuais fazia parte das punições que, muitas vezes, envolviam mulheres e parentes dos sentenciados. THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. cit.*, p. 94.

⁴³ ENNES. *Moçambique*. p. 74.

⁴⁴ _____. *Moçambique*. p. 71.

⁴⁵ MACAGNO. O discurso colonial e a fabricação do usos e costumes, p. 80.

Fernanda do Nascimento Thomaz afirma que as relações de trabalho pretendidas por Antônio Ennes tinham por objetivo reforçar a desigualdade entre negros e brancos, os primeiros serviriam como empregados e os segundos como “empresários”, forçando os africanos a tornarem-se assalariados, enquanto os imigrantes metropolitanos deveriam ser inseridos nas melhores oportunidades da sociedade colonial⁴⁶.

Ennes⁴⁷ assinalou as diferenças entre o trabalho obrigatório e a escravidão em si, que para seriam:

A obrigação de trabalho em nada se assemelhará à escravidão deixará aos negros a livre escolha do modo, do tempo e das condições como e em que não-de cumpri-la, respeitará o direito dos trabalhadores aos frutos da sua atividade, não constituirá ninguém proprietário das suas pessoas ou usufruto das suas aptidões. Apenas conferirá à autoridade pública e não a qualquer particular, a prerrogativa de coagir à observância de uma lei social quem espontaneamente lhe não acatar os preceitos, de coagir os negros a trabalharem, como um pai pode compelir os filhos a aprenderem e a exercerem um emprego, como o juiz pode constringer o vadio a corrigir-se da vadiagem. Se quiserem, essa mesma coação poderá ser branda e amorável, abstendo-se de provas e coagido das vantagens que auferiria dos serviços espontâneos, e reservando só os rigores para incorrigíveis refratários. (...) aplique-se o trabalho como penalidade, pois que como tal o consideram, e não faça a sociedade sentir remorsos por assim castigar, como culpar, aleijões naturais, porque bem menos cruza é constringer selvagens a servirem a civilização melhorando-se no serviço, do que fazê-les serem como a lobos, quando eles, movidos também por instintos da natureza, afrontam e ultrajam essa mesma civilização, filantrópica em doutrina e tantas vezes bárbara em ação.

Foi defendido que Moçambique, naquele momento deveria ser uma colônia voltada para o desenvolvimento agrícola, pois como colônia comercial⁴⁸ não serviria para Portugal naquele instante, os colonos não tinham o que comprar da metrópole e esta não tinha o que vender⁴⁹

Segundo Ennes⁵⁰, a administração no território moçambicano deveria ser descentralizada, porque é em “Moçambique, que Moçambique deve ser governado”,

⁴⁶ THOMAZ. *Os “Filhos da Terra”*, p. 51.

⁴⁷ ENNES. *Moçambique*. p. 76.

⁴⁸ Moçambique precisou se tornar uma colônia agrícola, pois Portugal não tinha uma indústria nacional forte para a instalação na colônia para acontecer trocas comerciais. Ocorreu no período um incentivo a agricultura da colônia para levar matérias-primas à metrópole. Exemplo, é o algodão de Moçambique que servia para as indústrias têxteis de Portugal.

⁴⁹ ENNES. *Moçambique*. p. 23.

⁵⁰ _____. *Moçambique*. p. 10.

conciliada com uma fiscalização rígida e eficiente, exercida pelo governo central. A descentralização favoreceria o desenvolvimento econômico e social da colônia, pois o administrador colonial não precisaria esperar decisões do Ministério da Marinha e do Ultramar para buscar implementá-las no território. Para Oliveira Marques, a fim de se atingir a ocupação efetiva, aplicaram-se uma série de medidas de caráter administrativo, das quais se destacaram a criação das circunscrições de Lourenço Marques, a criação do distrito militar de Gaza e o corpo de polícia e as reformas das pautas de Lourenço Marques, decretadas no ano de 1895 pelo comissário régio⁵¹. As circunscrições eram responsáveis pela substituição do poder tradicional dos chefes africanos pelo do colonizador, este possuía o poder de julgar e punir os que não trabalhassem e de melhorar sua condição social⁵².

Fernanda do Nascimento Thomaz⁵³ assinala que a circunscrição indígena tinha como fim estabelecer uma instância do Estado colonial português para controlar os “africanos”, tendo o chefe de circunscrição às funções de juízes e administradores.

O Estado Colonial Português em Moçambique possuía diferentes instâncias administrativas que seguiam esta hierarquia: o governador geral que era a instância executiva e responsável por toda a colônia de Moçambique; os governadores distritais responsáveis por todos os indivíduos de cada distrito, sem distinção de europeu ou africano; abaixo destas instâncias estavam os administradores da circunscrição (responsável pelas circunscrições indígenas) e o administrador de conselho.

Considerações Finais

O governo de Antonio Ennes, mesmo com poucos resultados práticos, influenciou seus sucessores na melhoria da administração da colônia e no seu desenvolvimento econômico. É inegável que o pensamento de Ennes visava uma maior autonomia dos poderes locais perante Lisboa, ou seja, que os administradores coloniais pudesse implementar políticas rápidas e eficazes para o território sem esperar por uma resposta do Ministério da Marinha e do Ultramar, que muitas vezes demoravam até anos para serem tomadas. Podemos considerar sua administração como a base da construção da colônia de

⁵¹ MARQUES. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*, p. 537-538.

⁵² HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 597.

⁵³ THOMAZ. *Os “Filhos da Terra”*, p. 143.

Moçambique, pois criou metas governamentais, desenvolvimentistas e militares que serão seguidas por seus sucessores até o final da monarquia.

No período pós-Ennes, Moçambique desenvolveu-se, pois suas receitas melhoraram quando comparada com as demais colônias portuguesas. Oliveira Marques afirma que as exportações moçambicanas superavam as de Angola nas vésperas da proclamação da República, o mesmo sucedendo quando às receitas públicas⁵⁴. No início do século XX, as receitas moçambicanas foram responsáveis por pagar as próprias dívidas e ainda contribuir para descontar os déficits da colônia de Angola. O orçamento da província correspondia a metade da arrecadação da metrópole pelas colônias, enquanto sua balança comercial era o dobro da de Angola⁵⁵.

⁵⁴ MARQUES. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. p. 60.

⁵⁵ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR. *op. cit.*, p. 5.